

700857

Biblioteca - Unemat - PLA



00014017

**BIBLIOTECA
UNEMAT**

Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT

RG N.º 14017

Data 19 / 08 / 2009

() Compra ☒ Doação () Permuta

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Divino Alex Rocha de Deus

Casa da Memória:

Invenção de sentidos para Pontes e Lacerda

Pontes e Lacerda/MT
2008/2

81.42
D486C
22.01

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

Divino Alex Rocha de Deus

Casa da Memória:

Invenção de sentidos para Pontes e Lacerda

Monografia apresentada à Coordenadora dos
Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC, como
requisito parcial à obtenção do Grau de
Licenciado em Letras, no Campus
Universitário de Pontes e Lacerda.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eliana Almeida

Pontes e Lacerda/MT
2008/2

Divino Alex Rocha de Deus.

CASA DA MEMÓRIA:
INVENÇÃO DE SENTIDOS PARA PONTES E LACERDA

Monografia apresentada a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) como requisito parcial do título de licenciado em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dra. Eliana de Almeida
UNEMAT – Pontes e Lacerda – MT

Prof.º Ms. Paulo Targioni
UNEMAT – Pontes e Lacerda – MT

Prof.º Ms. Heitor Kirsch
UNEMAT – Pontes e Lacerda – MT

Prof.ª Ms. Silvia Regina Nunes
UNEMAT – Pontes e Lacerda – MT

Dedico este trabalho aos meus pais, Joaquim Caetano de Deus e Creuza Rocha de Deus, que com todo carinho sempre me apoiaram; aos meus irmãos, Marcelo R. de Deus e Francielly R. de Deus, pelo amor e companheirismo; aos meus amigos que compartilharam bons momentos de estudos; aos demais amigos que compreenderam minhas ansiedades e meus desejos pela vida acadêmica; e aos meus professores, os quais apontaram os vários caminhos para aquisição do conhecimento.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, aos meus familiares, a todos professores da UNEMAT que sempre acreditaram e me incentivaram na vida acadêmica, em especial a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Eliana Almeida que muito me estimulou para desenvolvimento desde trabalho.

RESUMO

Este trabalho toma a Análise do Discurso (AD) (Orlandi 1987, 1996, 2001) como dispositivo teórico para compreensão do gesto que inventa sentidos para o município de Pontes e Lacerda. A noção de invenção no discurso da História é percebida pela aproximação da AD à leitura foucaultiana apresentada por Albuquerque Jr. 2006 à produção do conhecimento histórico. A partir deste lugar, os efeitos de sentidos são analisados em funcionamento na materialidade simbólica de um panfleto público. O gesto de invenção é compreendido pela análise de duas instâncias simbólicas: na primeira, o panfleto produz efeitos de sentidos que instauram um gesto de leitura projetando uma história *a priori*. Com isto, se percebe a invenção de um passado que evidencia o posto telegráfico de Marechal Rondon como um elemento fundador para Pontes e Lacerda. Em segundo momento, é observada a passagem discursiva que instaura o gesto de leitura à primeira instância simbólica. Um dizer “já legitimado” pela inscrição ao discurso da História é evidenciado e instaura identidades para Pontes e Lacerda e seu povo. Neste jogo de sentidos, a invenção da *Casa da Memória* é percebida como forte efeito do gesto de invenção de identidades. Invenção discursiva que instaura efeitos de sentidos para significar localidade/povo pontes-lacerdense.

Palavras-chave: Análise do Discurso, invenção de sentidos, história, identidade.

A História é um discurso que opera com a identidade, com o que já tem nome, com o conhecido, repetindo, como dirá Foucault, o ritual interminável do reconhecimento do próprio rosto, encontrando o mesmo onde há o estranho, encontrando a unidade onde há dispersão, o território onde há desterritorialização e sedentarização dos homens e de todas as coisas que são o Estado e a escrita.

(Albuquerque Jr, 2006:48)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 – Os sentidos no discurso.....	9
1.1 – O jogo de sentidos na construção de identidade.....	10
2 – Uma questão de identidade.....	15
2.1 – efeitos de uma história à priori.....	20
2.2 – <i>Casa da Memória</i> : efeitos de identidade para Pontes e Lacerda e considerações finais.....	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

INTRODUÇÃO

No ano de 2007, foi posto em circulação, um panfleto de divulgação da reforma, ou melhor, da reestruturação do antigo posto telegráfico construído por Marechal Rondon no município de Pontes e Lacerda. Ao ler o panfleto, percebi que a obra reformada é concebida como resgate de uma história, de forma que, ao enunciar sobre esta reestruturação, gestos de leitura projetam imaginários para uma história fundante, produzindo, assim, efeitos de identidade para o município. Ao perceber isto, pus-me a pensar sobre as implicações discursivas postas em funcionamento no material que constitui nesta análise, quer seja o panfleto a que me refiro, quer seja o próprio edifício de Marechal Rondon.

Cada vez era maior o desejo de investigar os efeitos de sentidos presentes nestes materiais. Assim, faço deste trabalho a oportunidade para compreender a funcionalidade destes sentidos. Para isto, busco analisar este dizer que toma dos materiais simbólicos que atestam uma história de fundação para município e põe em jogo sentidos identitários, instaurando um efeito ilusório que parece legitimar o dizer pelo fato da reforma do posto telegráfico. Que prática discursiva é esta e como (se) significam seus modos de sustentação?

Pela Análise do Discurso (AD), recorto como meu corpus a invenção de identidade dada pela materialidade discursiva do referido panfleto para compreender como o edifício de Marechal Rondon se significa enquanto objeto simbólico - a *Casa da Memória* - e como este *folder* produz o dizer sobre esta casa pela produção de efeitos de sentidos da história tradicional para uma história fundante capaz significar (sentidos para) o pontes-lacerdense.

1 – OS SENTIDOS NO DISCURSO

O trabalho discursivo compreende sentidos historicamente constituídos pelo/no simbólico. Mas, esta constituição não é fixa, ou seja, os sentidos não são literais, embora a linguagem cause a ilusão da literalidade e da transparência. Conforme Orlandi (2003), esta ilusão é necessária para o funcionamento do discurso e para que os sujeitos produzam sentidos, pois, o sujeito nunca é a origem dos sentidos que produz. Ele é afetado inconscientemente. A produção dos sentidos, nestas circunstâncias, será determinada pela condição pela qual o sujeito é afetado.

Desta forma, os sentidos aparecem na relação com o já-dito. Em outras palavras, existe, o que é denominado de interdiscurso, onde se movimentam e/ou estabilizam todas as possibilidades de dizer. Isto implica reconhecer que o dizer é formulado através de gestos de interpretação às outras possibilidades de dizeres. Mas esta característica apenas é percebida à luz da teoria, pois é próprio do discurso apagar a noção de interpretação realizada na produção de sentidos. Assim, é silenciado o gesto em que joga com um sentido e não outro. Da mesma forma, na produção discursiva, também é apagado o fato de que os sentidos não nascem no/do sujeito.

Este apagamento ou, esquecimento, é fundamental para o funcionamento do interdiscurso. Na medida em que os sentidos se movimentam, silenciam-se outras possibilidades de dizeres, ou seja, apaga sua relação com o interdiscurso. Assim, abre-se possibilidade que o mesmo retorne numa nova circunstância, com condições e relação de produções diferentes, permitindo acontecer os deslizamentos de sentidos. Esta característica leva reconhecer mais uma condição do processo de significação: a incompletude. Para a AD, nem sujeito, nem sentidos são completos. Nunca estão prontos definitivamente. Pelo contrário do que se parece, a relação constitutiva entre discurso e interdiscurso é aberta, por isto mesmo, é sujeito ao político.

Não nos iludamos, no entanto, com esse fato. Não é porque é aberto que o processo de significação não é regido, não é administrado. Ao contrário, é por esta abertura que há determinação. O lugar do movimento é o lugar do trabalho da estabilização e vice-versa. (ORLANDI, 2004:13)

O processo pelo qual os sentidos são determinados, ou melhor, a forma como o efeito de cristalização dos sentidos se efetiva é afetada pela ideologia, visto que a ideologia apaga a

opacidade da linguagem e evidencia os sentidos pela construção imaginária de uma relação estável do homem/mundo, naturalizando a produção do simbólico e do histórico. Por outro lado, é esta condição que possibilita a produção do interpretável, pois na medida em que os sentidos são afetados pela ideologia, eles são também regionalizados no funcionamento discursivo, ou seja, os sentidos se estabilizam e nos parecem fixos no funcionamento discursivo.

É preciso aqui definir a diferença entre arquivo e memória para compreensão deste funcionamento discursivo. Enquanto memória discursiva é a possibilidade dos dizeres – no qual se tem o esquecimento do irrealizado; o arquivo é o dizer institucionalizado que se repousa sobre o realizado.

Enquanto arquivo, a memória tem a forma da instituição que congela, que organiza, que distribui sentidos. O dizer nesta relação é datado. Reduz ao contexto, à situação da época, ao pragmático. Enquanto interdiscurso, porém, a memória é historicidade, e a relação com a exterioridade alarga, abre para outros sentidos, dispersa, põe em movimento. (Orlandi, 2003: 15)

A partir destas duas noções, apontadas por Orlandi, torna-se compreensível o funcionamento discursivo. A interpretação ou a produção de sentidos do/para o sujeito é realizada na contradição entre o lugar possível da leitura do arquivo (sentidos estabilizados, institucionalizados ao sujeito) e a possibilidade de outros sentidos pela historicidade (relação ao interdiscurso). Noutras palavras, é nesta relação que sujeitos e sentidos (se) significam. Por isto que para a AD, o simbólico é dado pela/na relação sócio-histórica.

1.1 – O Jogo de sentidos na construção de identidade social

É trabalho da AD observar os processos e as condições pelos quais o sujeito - afetado pela linguagem e sua historicidade - manifesta o simbólico.

Para se pensar o simbólico materializado no discurso não poderia deixar de observar o funcionamento da sociedade pós-moderna como condição de produção de imaginários e de posições discursivas para o sujeito contemporâneo.

São perceptíveis as constantes transformações político-sociais, econômicas e culturais que afetam diretamente a produção social e modificam as relações entre os indivíduos. Tais acontecimentos desestabilizaram a concepção que se sustentava na compreensão que projetava uma realidade fixa e universal, pois agora nada parece evidente, visto as relações de

sentidos serem alteradas. Porém, dentro deste contexto, se pode observar ainda a existência do funcionamento discursivo que inventa sentidos identitários. Em que se sustentam as práticas discursivas que formulam sentidos coletivos para uma identidade, um lugar de significar-se na história?

É difícil negar a existência destes movimentos discursivos que regionalizam e/ou localizam sentidos e produzem posições discursivas para determinados grupos de sujeitos, sejam eles de uma comunidade, povo ou nação. Esta prática discursiva está fortemente presente na sociedade atual.

O sociólogo Castells (1999), elabora uma análise do quadro sociológico atual e aponta efeitos de sentidos marcados pela crescente globalização e tecnologia da informação. Para ele, a partir das relações afetadas pelo fenômeno da globalização, se instalou a sociedade em rede, na qual é constatada a existência de uma mesma matriz produtiva, que não se limita pelas fronteiras. Desse modo, apaga-se a noção distância e instaura o efeito da homogeneização, visto que as marcas locais tendem se apagar. Desse modo, instaura-se a necessidade de movimentos que buscam a criação de uma identidade como forma de resistência aos efeitos desta homogeneização. Criação de identidade para Castells é a reorganização de significados pela construção de conteúdo simbólico.

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. (Castells, 1999:23)

Ao considerar esta funcionalidade da sociedade, o autor define três movimentos discursivos que formulam identidades, os quais são apontados como manifestações de resistência à produção de imaginários homogêneos. São os três movimentos segundo Castells:

1º - Identidade legitimada: se dá pela instituição dominante através do movimento em que organiza significados e acaba por formular identidades a partir do efeito da razão. Nesta condição, instaura-se o direito de exercer o poder. Nesta circunstância, o Estado tem a condição de interpelação do sujeito sem o uso da força de da violência.

A conquista do Estado pelas forças da mudança (...) presentes na sociedade civil é possibilitada justamente pela continuidade da relação entre as instituições da sociedade civil e os aparatos do poder do estado, organizados em

torno de uma identidade semelhante (cidadania, democracia, suas ramificações, outras similares) (Ibidem: 25)

2º - Identidade resistência: Seria uma forma de resistência coletiva ao inaceitável como identidade, o que manifesta um movimento de reversão dos valores postos. Nas palavras do autor *“é a construção de uma identidade defensiva nos termos das instituição/ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores”* (Castells, 1999: 25). Mas ao mesmo tempo este movimento reforça a exclusão pela própria resistência.

3º - Identidade de projeto: Segundo este autor, o processo de constituição deste movimento se dá a partir da materialidade histórica, cujo acesso torna possível a mudança, *produzindo sujeitos*. Sendo o sujeito para Castells “o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência” (p: 26).

Embora sejam apontadas as três categorias de movimentos de identidades com características e efeitos diferentes, o sociólogo observa que existe uma dinâmica entre uma e outra forma posta no funcionamento social.

A perspectiva discursiva não considera um real empírico que afeta diretamente o sujeito. O “real” para AD é constituído no simbólico e no histórico - jogo de efeito de sentidos que se põe como realidade. Desta forma, faço um recorte da teoria de Castells – quando este analisa a condição de produção de sentido posta ao sujeito contemporâneo – para pensar as relações construídas pela globalização como condição em que se confrontam/afetam as formações discursivas, pois, conforme Orlandi (2002), condição de produção é o contexto imediato, ou, numa consideração mais abrangente, a condição de produção inclui o contexto sócio-histórico e ideológico. Entendendo que “formação discursiva se define com aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e o que não pode ser dito” (idem, 43). Dito de outro modo, esta é a condição de produção pela qual o sujeito (se) significa.

Entendendo que as condições de produção de sentidos são dadas na discursividade, observo que a determinação dos sentidos se dá pela sua inscrição a uma determinada formação discursiva, ou seja, as palavras não têm sentidos em si. O reconhecimento dos sentidos é determinado pela inscrição a uma formação ideológica dada, a uma regionalização do interdiscurso.

Ao considerar o aumento no confronto das relações de discursos pode considerar também, maior confronto entre as determinações sócio-históricas pelas quais se

afetam o sujeito, ou seja, no contexto atual, as diferentes regionalizações do interdiscurso – enquanto relações de sentidos sócio-historicamente configuradas – se afetam entre si. Assim, efeito deste movimento discursivo produziria a homogeneização. Mas, diferente do que aparenta, este movimento não implica na determinação de sentidos em si mesmo. Este processo constitutivo de sentidos aponta uma abertura, visto que sentidos podem ser inscritos em diferentes formações discursivas.

Com esta condição de produção instaurada, surgem as práticas discursivas que buscam regionalizar sentidos que instituem marcas ou imaginários locais. Estas práticas discursivas poderiam ser consideradas efeito de resistência aos efeitos da homogeneidade instaurado no processo significação sócio-histórica. Uma relação de poder se instaura para estabelecer uma legitimidade. Não existindo fronteiras empíricas que delimitem os movimentos das práticas discursivas, há, então, regionalização, institucionalização ou cristalização de sentidos no discurso que inventa as identidades.

Este processo que estabiliza sentidos e formula o lugar da identidade coletiva é percebido por diversos trabalhos de analistas de discurso. Tomo como caso exemplar, a análise de Nunes (2001), que compreende uma configuração da identidade nacional brasileira a partir da observação de dois movimentos distintos, ocorridos século XX, especificamente na década de 20. São eles: o manifesto de Gilberto Freyre e o manifesto de Oswald de Andrade. O procedimento analítico deste autor se constitui na perspectiva histórico-discursiva para compreender como se sustentam as posições enunciativas que estabelecem as identidades nacionais em questão.

Tomando as duas posições enunciativas como manifestos frente às mudanças que ocorriam no mundo, o autor entende que o estabelecimento da unidade identitária ocorreu por caminhos distintos: em Oswald através da antropofagia, e em Freyre pelo regionalismo.

[...] as identidades nacionais atribuídas aos brasileiros nos manifesto se fundaram a partir de determinados espaços da memória discursiva onde o Brasil é caracterizado: Freyre parte do discurso sobre a paisagem, do discurso das singularidades e curiosidades para chegar aos valores regionais e nacionais, enquanto Oswald trabalha a posição do índio em comum fato ao se referirem ao discurso. (NUNES, 2001:48)

Ainda conforme NUNES (idem), os modos pelos quais são constituídas as identidades para uma brasilidade acabam por afirmar a noção de língua nacional. O trabalho sobre as diferenças lingüísticas instaurou a condição necessária para se afirmar a identidade do brasileiro em relação à sua língua nacional. O que é apontado como diferente entre os dois

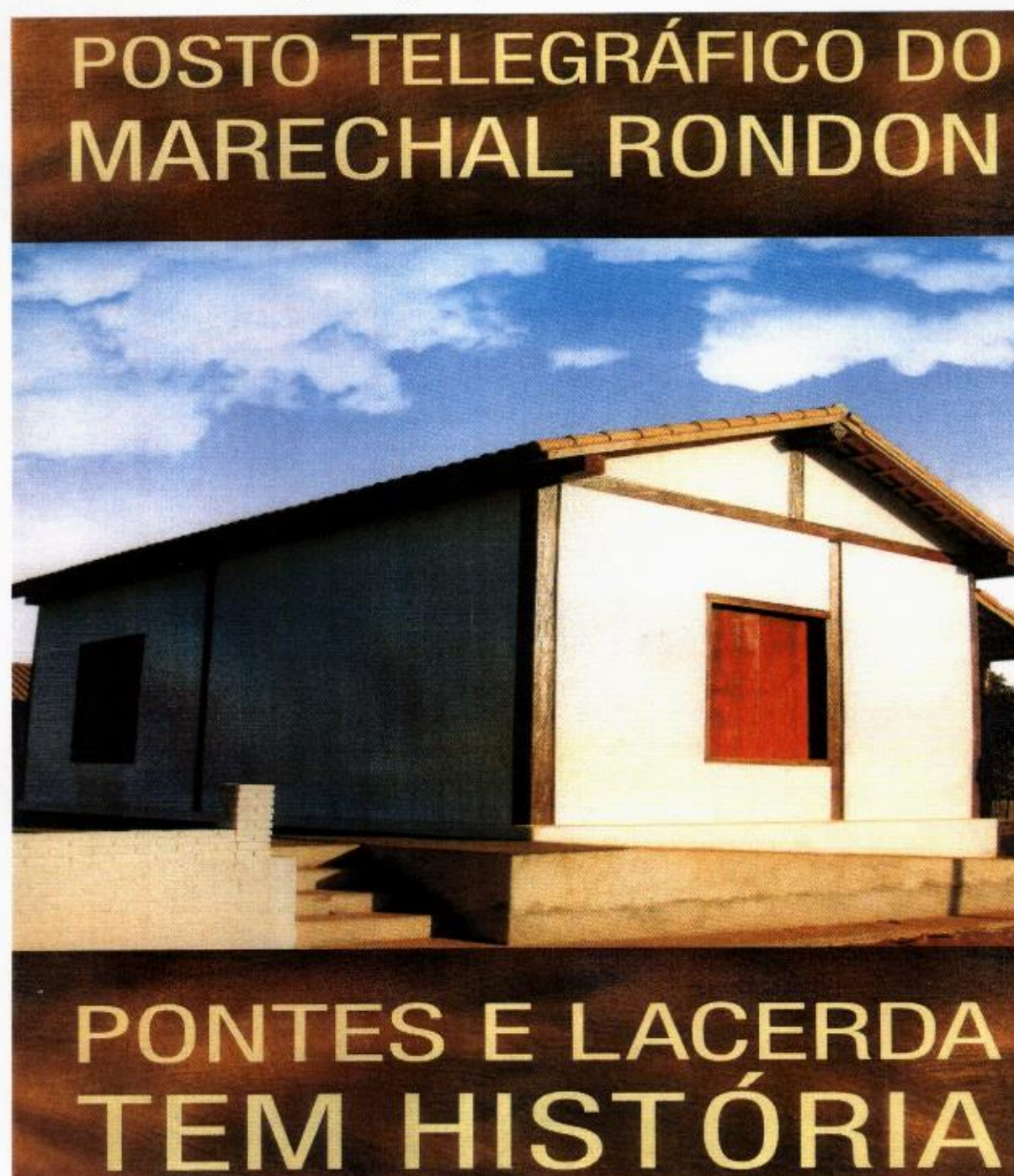
manifestos é a forma de trabalho com a historicidade lingüística. No discurso de Freyre, a configuração da língua nacional retoma a tradição oral que era tomada pelo discurso da ignorância e da falta de traços históricos para significá-la como lugar que melhor simboliza as marcas regionais e nacionais – e a literatura neste sentido tem o papel de trabalhar e legitimar as marcas dessa tradição oral; já no discurso de Oswald, “a língua nacional se constitui pela evocação da filiação histórica com o Tupi e a negação da univocidade da lingüística e da tradição gramatical”. (Nunes, 2001: 57)

Como se pode perceber pelo trabalho de Nunes, a formação de uma identidade, neste caso, identidade brasileira, é discursiva e se constitui pela relação com a memória e com a formação discursiva. As práticas discursivas, como os referidos manifestos, põem em afirmação efeitos de sentidos para uma identidade, constituindo um lugar imaginário de (se) significar o sujeito brasileiro.

Este breve percurso possibilitou apontar a forma em que compreendo a invenção de identidade a partir da perspectiva do discurso. Tendo em vista os efeitos de sentidos postos em funcionamento na formulação de identidade, diria que invenção de identidade é o processo discursivo que regionaliza sentidos para os sujeitos, ou seja, é o movimento que tenta fechar a abertura do processo de produção de sentidos, construindo imaginários de particularidade, institucionalizando sentidos e/ou estabilizando suas relações.

2 - UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE

Como afirmo no início deste trabalho, a materialidade lingüística do panfleto municipal dá ao posto telegráfico a asseguridade de uma história para Pontes e Lacerda, de modo que a reestruturação põe em funcionamento o efeito de “legitimidade” desta história, afirmando uma identidade para os sujeitos pontes-lacerdense.



MARECHAL RONDON: HISTÓRIA VIVA DE PONTES E LACERDA.



São vários os modos de se conhecer e se contar a história de um povo ou de um lugar. Deve-se conhecer sua língua, sua cultura e seu folclore, sua gastronomia, seus hábitos mais diversos, e também suas edificações.

Esse foi o estímulo da prefeitura municipal de

Pontes e Lacerda para restaurar, em parceria com a secretaria de Estado da Cultura, as ruínas do posto telegráfico construído às margens do rio Guaporé, em 1906, pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

A obra, apontada por historiadores como estratégica para a implantação das linhas no Noroeste do Brasil, ligando o país pela comunicação, foi totalmente recuperada, e passará a abrigar a "Casa da Memória" de Pontes e Lacerda, apresentando nossa história.

Através do trabalho desenvolvido pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas, foi construída a estação telegráfica que serviu para comunicação entre Vila Bela, Porto Esperidião, Cáceres e Quibdô, e daí para o restante do país, durante aproximadamente 60 anos.

A obra está sendo entregue à população em 2007, ano em que se comemoram os 146 anos de nascimento de Rondon, e também o centenário da expedição revolucionária que leva seu nome.

Com esta obra, a prefeitura municipal deseja que as novas gerações não apenas conheçam uma parte importante da história do município e da sua gente, mas também se espelhem nos exemplos de vida deixados pelo Marechal Rondon, entre os quais seu dinamismo, amor e perseverança de vida.

Pontes e Lacerda-MT, agosto de 2007.

Newton Miotto
Prefeito Municipal



CIDADE NASCE EM TORNO DO POSTO

Além do valor histórico e cultural, a obra importância particular para Pontes e Lacerda: foi dela que surgiu o povoado conhecido, à época, por Pretos, habitado, inicialmente, por funcionários e moradores das localidades de Guajará-Mirim, Vila Santíssima Trindade e Cáceres, e que vieram na construção e funcionamento da estação.

O precedente histórico de Pontes e Lacerda remonta ao século XVII, quando por aqui passaram, vindos de cartógrafos e astrônomos Antonio Pires da Silva Francisco José de Lacerda e Almeida que, a mando da Coroa Portuguesa e em cumprimento aos Tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777) firmados entre a Espanha, elaboraram a primeira carta geográfica do





Morrer, se preciso for. Matar, nunca!

Cândido Mariano da Silva Rondon é mato-grossense de Santo Antônio do Leverger. Nasceu no dia 5 de maio de 1865, no distrito de Mimoso, no coração do baixo pantanal mato-grossense.

Foi nomeado marechal em 1907, quando ocupava o posto de Major do Corpo de Engenheiros Militares e Chefe da Comissão que construiu a linha telegráfica de Cuiabá até Santo Antônio do Madeira - a primeira a alcançar a região amazônica -, que foi denominada "Comissão Rondon".

Seus trabalhos desenvolveram-se de 1907 a 1915, época em que estava sendo construída a ferrovia Madeira-Mamoré, marco da ocupação do atual estado de Rondônia.

Em 1910, o marechal Rondon organizou e passou a dirigir o Serviço de Proteção aos Índios. Já de maio de 1913 a maio de 1914, realizou mais uma expedição, desta vez em conjunto com o ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt. Rondon é citado por historiadores como pesquisador, desbravador de terras, indigenista e realizador de obras importantes para o país, como linhas telegráficas e mapeamentos de terrenos. Ficou conhecido também por ter mantido relações cordiais com os índios.

Entre outras ações, Rondon cursou Matemática e Ciências Físicas e Naturais na Escola Superior de Guerra e teve participação nos movimentos abolicionista e republicano. De origem indígena por parte de seus bisavós maternos (Bororo e Terena) e bisavó paterna (Guaná), Rondon tornou-se órfão aos dois anos de idade, tendo sido criado pelos avós até os sete anos. Depois, viveu com um tio em Cuiabá, onde iniciou seus estudos, tomando-se professor primário aos 16 anos, quando ingressou na carreira militar como soldado e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se matriculou, em 1883, na Escola Militar.

Contam os historiadores que certa vez, ao tentar contato com uma tribo indígena hostil, Rondon foi alvejado por flechas. Seus comandados queriam revidar ao ataque, com armas de fogo, mas foram contidos por Rondon, com a seguinte frase, que o imortalizou com um dos maiores indigenistas do país: "Morrer, se preciso for. Matar, nunca!".



Conforme Orlandi (2003), os sentidos produzidos no discurso não estão apenas na materialidade lingüística, ou seja, não estão apenas nas palavras dos textos, no entanto, os textos também são partes dos sentidos produzidos – “São pistas que ele [o analista] aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção.” (p. 30). Deste modo, tomo o panfleto como a materialidade discursiva para compreender o gesto que cria/inventa uma versão da história para Pontes e Lacerda para formulação de uma identidade.

De início, creio ser fundamental considerar a produção de conhecimentos históricos, ou melhor, pensar as implicações epistemológicas desta produção pelo viés do trabalho discursivo. Considerando a forma que os sentidos são compreendidos na Análise do Discurso (AD), a noção de história precisa ser deslocada do lugar que concebe a interpretação única para ser pensada como constitutiva na/da produção dos sentidos. Para a constituição dos efeitos discursivos, os fatos não são concebidos pela relação ao tempo cronológico, mas são compreendidos como fatos discursivos, pois é no discurso que a temporalidade é formulada.

Faço esta observação para dizer que não constituo o discurso em questão como gesto que resgata a história de Pontes e Lacerda. Isto, a meu ver, seria entrar no efeito de sentido deste discurso. Por outro lado, reconhecemos que os efeitos de sentidos produzidos no panfleto tendem a significar uma originalidade, como se tais sentidos fossem únicos possíveis. Mas, pelo modo que compreendemos os sentidos, seria incoerente pensar a possibilidade de resgate do passado. O que se instaura é literalidade como efeito de sentidos instituídos. Considerar isto é um passo fundamental para compreensão da funcionalidade e do modo de sustentação dos discursos que inventam um passado.

Não há um centro e um fora onde se poderia apontá-lo como matriz da produção dos sentidos, ou que me permitiria empreender uma busca pela história original, tudo é efeito de sentido, como afirma Orlandi:

Não há centro, que é sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentidos. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições, há a dominância de um deles. O sentido literal é um efeito discursivo. O que existe, é um sentido dominante que se institucionaliza como produto da história: o “literal”. (Orlandi, 1987: 144)

Como afirma a autora, existe a literalidade que é produto da história e, este efeito discursivo evidencia sentidos dominantes, apagando outros sentidos possíveis. Esta noção discutida pela Orlandi me possibilitou pensar que o discurso que inventa identidade para os

sujeitos pontes-lacerdenses se vale do produto da história – a literalidade – para afirmação de sentidos e para constituir o *status* de legitimidade.

Deste modo, se a literalidade é produto da história, o caminho para compreensão do discurso que projeta uma história para o município é o de analisar o modo pelo qual se evidencia um sentido entre outros, produzindo o efeito de literalidade, ou seja, é percorrer os processos de invenção do passado.

A noção – *invenção* – tomo de Albuquerque Jr. (2007), em sua obra “*História: a arte de inventar o passado*”. A partir de uma leitura foucaultiana este autor analisa as condições em que circunscreve a produção do passado. Em seu trabalho, o discurso historiográfico é percebido em outra instância que não mais se concebe o lugar da recuperação da memória histórica. Este deslocamento é dado à própria condição-sujeito de dizer o passado, pois, o “sujeito deixa de ser visto como uma totalidade fechada e fundante das ações e representações, para ser pensado como uma produção histórica”. (p. 58). Deste modo, a produção do passado é concebida pela relação com o presente. Portanto, o passado é uma invenção discursiva, como define o autor:

Percebemos, hoje, o passado como uma invenção, que fizeram parte sucessivas de discursos e práticas. [...] Inventado, a partir do presente, o passado só adquire sentido na relação com o presente que passa, portanto, ele enuncia sua morte prematura. (Albuquerque Jr. 2007: 61)

A noção de passado deixa de ser percebida como produção fixa em si mesmo. E quando deixa de ser fixo, deixa de ser delineável. O passado é imagem discursiva. Ao deslocar a noção de passado, Albuquerque Jr. aponta a disciplina História num novo paradigma. Desfaz o gesto que tende construir o caráter de objetividade na produção do conhecimento histórico. Em outras palavras, ao reconhecer a subjetividade, este autor desfaz o efeito de cientificidade buscada por muitos historiadores. Eu diria que nesta perspectiva, a História compreende os sentidos no mesmo campo da AD, ou pelo menos em terreno semelhante, pois a produção de conhecimento histórico se inscreve com o reconhecimento do funcionamento discursivo. Como afirma o autor, a produção do conhecimento se realiza a partir de um gesto de interpretação.

O conhecimento histórico torna-se, assim, a invenção de uma cultura particular, num determinado momento, que embora se mantenha colado aos monumentos deixados pelo passado, à sua visibilidade, tem que lançar mão de imaginário para imprimir um novo significado a estes fragmentos. A interpretação em História é a imaginação de uma intriga, de um enredo para os fragmentos de passado que se têm na mão. (Idem: 63)

É por reconhecer o gesto interpretativo na produção do conhecimento histórico que Albuquerque Jr. denomina este processo de invenção. Deste modo, quando tomo o gesto do panfleto como invenção é por que o considero como um gesto interpretativo que produz uma história para Pontes e Lacerda e, esta história instaura identidade para seu povo. Isto implica dizer que outras identidades poderiam/podem ser ditas para o município. Assim, percebo que antes que outras identidades se afirmassem ou, antes que outros evidenciassem outra identidade pontes-lacerdense, o panfleto diz uma identidade.

Nesta perspectiva, o panfleto é uma prática discursiva que instaura significados projetando o posto telegráfico como marca fundante e também como legitimidade para história dita a Pontes e Lacerda. O discurso da História é evocado para resignificar enquanto materialidade histórica do município. Portanto, o panfleto inaugura um gesto de leitura para uma história ao município de Pontes e Lacerda. O posto telegráfico já foi restaurado outras vezes. Marechal Rondon já foi rememorado diversas vezes, principalmente nas datas cívicas. No entanto, é a materialidade lingüística do panfleto - distribuída pela secretaria de cultura do município a milhares de pessoas - que instaura um gesto de interpretação para uma história fundante, produzindo efeitos de identidade municipal.

Para análise deste gesto constituo dois tópicos: 1- instauração de uma história à priori - para produzir o efeito de legitimidade 2 — efeitos de uma identidade: *Casa da Memória* como objeto simbólico.

2.1 – Efeitos de uma história à priori

O gesto de construção de identidade que procuro compreender está instaurada pela invenção de uma história para Pontes e Lacerda. Os efeitos discursivos da História, principalmente a literalidade, são tomados para afirmar esta identidade. Assim, a imagem discursiva colocada como passado sustenta o efeito de fundação, apontando os sentidos como se fossem os únicos possíveis. Pela materialidade do folheto se pode perceber este processo.

Com as partes estrategicamente sobrepostas, a primeira página do panfleto apresenta uma formulação que se torna a grande pista para a compreensão dos efeitos produzidos por esse discurso histórico-fundante. Com letras grandes, vem o seguinte enunciado: *Posto Telegráfico do Marechal Rondon*. A parte maior desta página é tomada pela fotografia do prédio reconstruído e mais abaixo outro vem este enunciado: *Pontes e Lacerda tem História*.

O gesto interpretativo do panfleto pressupõe uma falsa relação entre as duas proposições para produzir a legitimidade de uma identidade de Pontes e Lacerda. A formulação produz o efeito de uma relação *a priori* entre as duas proposições, apagando o processo que fornece informações necessárias para tornar tais proposições interpretativas. O panfleto mobiliza sentidos a partir da perspectiva da história tradicional, tomando de tais sentidos como se estivessem empiricamente dados para Pontes e Lacerda, ou seja, trabalha o que Orlandi (1987), denomina de literalidade, para legitimar os sentidos ali produzidos. Assim, a formulação discursiva do panfleto cria a projeção de uma história para Pontes e Lacerda assegurada pelo Posto Rondon. Isto lança o *status* de legitimidade, instaurando assim, o efeito de uma história 'natural'.

Posto Marechal Rondon => A história de Pontes e Lacerda.

No entanto, a forma que compreendo os sentidos pela perspectiva da AD, diria que o posto telegráfico não produz sentidos por si só, nem a reestruturação deste prédio garante a historicidade para Pontes e Lacerda. Conceber isto seria aceitar uma relação natural para a significação. As práticas discursivas em torno deste posto telegráfico é que produzem o simbólico sobre o edifício, pondo-o em relação com a historicidade dos sentidos que o significam, de forma que tais sentidos materializam nele.

É a discursividade do folheto que constrói o gesto de leitura que lança o Posto Telegráfico como um objeto simbólico para significar uma história ao município. Nas palavras de Albuquerque Jr, seria a construção de um enredo pelo viés da história tradicional. O passado dito no discurso se projeta como aquele possível de retomá-lo em sua *vivacidade*. Os efeitos de sentidos instauram a significação para o monumento histórico. O passado que lhe é dado está na discursividade. Mas no discurso em questão, a noção de passado é mobilizada pela concepção *a priori*. Isto está posto em funcionamento no panfleto principalmente quando aponta a necessidade de um povo se significar pela sua história.

São vários os modos de conhecer e se contar a história de um povo ou de um lugar. Deve conhecer sua língua, sua cultura e seu folclore, sua gastronomia, seus hábitos mais diversos, e também suas edificações.

Esse foi o estímulo da prefeitura municipal de Pontes e Lacerda para restaurar, em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura, as ruínas do Posto Telegráfico construído às margens do rio Guaporé, em 1906, pelo marechal Mariano da Silva Rondon. (Posto 2007, grifo nosso)

Ao atestar a necessidade de fazer saber uma história – o *deve-se conhecer e se contar* – o conhecimento histórico é dado *a priori*. O gesto de leitura põe em funcionalidade uma identidade dada pela linguagem, como as edificações enquanto tal, mas por outro lado, mas a característica do interpretativo é apagada. A discursividade no panfleto é afetada pelo efeito da literalidade (idéia de sentidos únicos possíveis) e de certo modo mobiliza esta literalidade para instaurar um gesto de leitura que tenta assegurar a história pontes-lacerdense não pelo dizer, mas pelo efeito de sentidos *a priori*. Nesta circunstância, o dizer se exime do gesto interpretativo, assumindo a função de apenas *contar* para fazer *conhecida* uma história de Pontes e Lacerda, uma vez que o posto telegráfico em si já significaria tal história. Deste modo, deixar o prédio em ruínas seria deixar uma história morrer, por isto a dita *restauração* seria o ‘resgate’ desta história. Esse gesto é já uma invenção.

Essa ilusão que mobiliza os sentidos pela relação empírica entre o prédio e a história de Pontes e Lacerda pode ser percebida pela condição de produção em que tais sentidos se estabelecem: 1 – o posto telegráfico já sofreu reformas anteriormente; no entanto, é pelo dizer do panfleto que este edifício assume a assecuridade de uma história para Pontes e Lacerda; 2 – a obra construída pela prefeitura é simbólica à primeira edificação – dizer *obra restaurada* já é uma inscrição no efeito literalidade produzida pelo discurso da história, uma vez que não foi mantida nenhuma parte da construção primeira, o que impede pensar a relação empírica; 3 – no discurso, *obra restaurada* instaura a passagem do edifício para objeto simbólico – e passa a significar a dimensão de um monumento. Isto tudo permite dizer que a assecuridade de história pensada pela reconstrução do posto telegráfico é efeito discursivo.

A materialidade discursiva no panfleto cria um enredo que projeta uma temporalidade para o prédio. Esta temporalidade instaurada produz o efeito de uma história *a priori*. A discursividade inventa um passado, ou seja, inventa a idéia de um antes já significando a materialidade simbólica ao posto telegráfico para colocá-la em jogo com o presente: [1] – [...] *as ruínas do posto telegráfico construído às margens do rio Guaporé, em 1906, pelo marechal Cândido Mariano Rondon./ a obra, apontada por historiadores como estratégica para a implantação das linhas telegráficas, ligando o país pela comunicação [...]; [2] - foi totalmente restaurada, e passará abrigar a ‘Casa da Memória’ de Pontes e Lacerda, presentificando nossa história.* Em [1], *ruínas* produzem a idéia de uma *a priori* história em morte (história dita pelos historiadores); em [2], *restauração* produz o gesto de dar vida à esta

história. Estes são partes dos sentidos mobilizados no panfleto, o que possibilitou afirmar um presente; [3] - *Marechal Rondon: história viva de Pontes e Lacerda Marechal Rondon*.¹

Compreender o modo pelo qual os sentidos são mobilizados não implica reconhecer as intenções do sujeito. Retomo a afirmação de Orlandi (2003) – o sujeito é afetado inconscientemente. São as condições de produção que determinam os sentidos produzidos. Assim, o modo como estão postos os sentidos na materialidade se deve ao modo em que os discursos afetam o sujeito para significar a história de Pontes e Lacerda.

O discurso da história produz a literalidade nos conhecimentos históricos, ou seja, evidencia um sentido dominante e silencia outras possibilidades de sentidos. É o efeito de literalidade em funcionamento no discurso que sustenta o dizer: *Posto Telegráfico do Marechal Rondon => Pontes e Lacerda tem história em vez de:*

- 1 - Posto Telegráfico do Marechal Rondon => Pontes e Lacerda não tem história.
- 2 - Posto Telegráfico do Marechal Rondon => Pontes Lacerda tem história?
- 3 - Posto Telegráfico Construído por Marechal Rondon? => Qual seria a história de Pontes e Lacerda?

Entre outras possibilidades de dizeres não-ditos aqui, observo que cada uma delas implicaria pensar em diferentes recortes à memória discursiva para Marechal Rondon, em que tais recortes poderiam a ser significativos se postas em relação aos discursos já efetivados ao município. As diferentes relações produziriam outros dizeres e seriam outros efeitos de sentidos postos em jogo para Pontes e Lacerda. Isto aponta que, longe de ser história natural, a história para Pontes e Lacerda é discursiva. O dizer no folheto é uma interpretação ao dizível sobre sua historicidade. No entanto, o gesto interpretativo é apagado.

Eu diria que o gesto interpretativo do panfleto se apaga principalmente pelas vozes das instituições que têm posições de poder socialmente instituídas e assumem um lugar legitimado para dizer a “história” de Pontes e Lacerda, haja vista que a autoria deste dizer é apontada às várias instâncias do Estado. (Secretaria de Municipal Cultura, Prefeitura, Secretaria Estadual de Cultura e Ministério de Cultura).

Neste contexto que se inventa o discurso da história de Pontes e Lacerda, a identidade não está dada no fato da reestruturação do posto telegráfico, mas no discurso a sua volta, na prática discursiva que produz o enredo sobre ele.

¹ Conferir a fotografia do panfleto p. 16

2.2 – *Casa da Memória: efeitos de identidades para Pontes e Lacerda e considerações finais*

Como já observado, a discursividade do panfleto projeta a necessidade de significar, ou melhor, instaura o gesto de leitura que possibilita a produção de sentidos para uma identidade local pelo acesso à materialidade histórica. Conforme a teoria de Albuquerque Jr., isto pode ser considerado um gesto de produção de identidade de projeto – um gesto de resistência que produz significados pela materialidade histórica. Fazer *conhecer* ou *contar a história de um povo* é inventar significados de identidade.

Os efeitos de sentidos postos em funcionamento no panfleto sustentam o gesto discursivo que acessa a materialidade histórica e produz significados para Pontes e Lacerda. Percebo que tais efeitos de sentidos se evidenciam pelo processo de informação, ou seja, a materialidade simbólica do panfleto põe em funcionamento uma construção de informatividade que condiciona a produção de sentidos histórico-identitários para sujeito pontes-lacerdense.

O discurso do panfleto trabalha recortes da memória discursiva ao município: dizer *cidade nasce em torno do posto* é um gesto ideológico que põe em evidência o posto telegráfico como elemento fundador do município. Os efeitos de sentidos desta inscrição discursiva-histórica estão em funcionamento no panfleto:

Além do valor histórico e cultural, a obra tem uma importância particular para Pontes e Lacerda: foi em torno dela que surgiu o povoado conhecido, à época, por Vila dos Pretos, habitado, inicialmente, por funcionários e familiares oriundos das localidades de Guajará-Mirim, Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres, e que vieram trabalhar na construção e funcionamento de estação. (Posto 2007, grifo nosso)

O panfleto evidencia a fundação da cidade pela informação que afirma o surgimento do primeiro povoado em torno do posto telegráfico e produz efeitos de sentidos para produção de significados históricos à obra reformada, instaurando-a como objeto simbólico: desde modo, se o edifício tem *valor histórico e cultural* – já sustentado pela literalidade do discurso da história – o processo de informatividade produz o efeito de identidade local ao instaurar um enredo significativo para Pontes e Lacerda – gesto que produz a identidade para o sujeito pontes-lacerdense.

Efeito deste gesto pode ser percebido no processo de informatividade do panfleto em que se instaura o efeito de passagem do simbólico: a discursividade instaura uma primeira

instância simbólica, criando um enredo para o posto telegráfico – assim, as ruínas simbolizam uma história em esquecimento – para inventar a segunda instância que produz nova materialidade simbólica ao edifício: *A Casa da Memória de Pontes e Lacerda*.

Esse foi o estímulo da prefeitura municipal de Pontes e Lacerda para restaurar, em parceria com a secretaria de Estado e Cultura, as ruínas do posto telegráfico [...]

A obra, apontada por historiadores como estratégica para a implantação das linhas no Noroeste do Brasil, ligando o país pela comunicação, foi totalmente recuperada, e passará a abrigar a “Casa da Memória” de Pontes e Lacerda, presentificando nossa história. (Idem, grifo nosso)

Que *memória* é esta que o posto telegráfico ‘abriga’? Diria que é na discursividade que se inventa efeitos de sentidos para instaurar *Casa da Memória*. Em outras palavras, *casa da memória* é um devir, é uma invenção de sentidos para Pontes e Lacerda. Os efeitos de sentidos deste discurso estão em funcionamento no panfleto. O dizer - *Marechal Rondon: história viva de Pontes e Lacerda* - já é sentido produzido pela passagem simbólica instaurada no discurso. Deste modo, a memória evocada é a construída no gesto interpretativo do panfleto. *Memória* discursiva de um Marechal Rondon, posta em jogo ao sujeito pontes-lacerdense:

Com esta obra a prefeitura deseja que as novas gerações não apenas conheçam uma parte importante da história do município e da sua gente, mas se espelhe nos exemplos de vida deixados pelo Marechal Rondon, entre os quais seu dinamismo, arrojo e perseverança de vida. (Idem, grifo nosso)

Se o discurso evidencia a idéia que o posto telegráfico é um elemento fundador na história para Pontes e Lacerda, se em torno da reforma a discursividade do panfleto instaura a passagem simbólica, o gesto interpretativo do panfleto põe em funcionamento uma imagem discursivo-histórica de Marechal Rondon como memorável e, desse modo, possibilita inventar valores identitários: *dinamismo, arrojo e perseverança de vida, todos estes lugares de identidade* são efeitos de sentidos fundantes em funcionamento no gesto interpretativo do *folder*. Além destes valores, pode-se ainda pensar a funcionalidade de uma relação de poder altruísta, pelo o que se evidencia a formulação – *Morrer se preciso for. Matar nunca* – como marco imortalizante de Marechal Rondon instituindo-o *como um dos maiores idigenistas do país*. Isto tomado como um lugar de identitário para o pontes-lacerdense põe em jogo um gesto de leitura de compaixão aos *fracos*, ou seja, ser grande o bastante para proteger o outro

e ser *espelho*.² Esses valores postos na imagem discursiva de Marechal, entre outros produzidos no folheto, é parte da invenção de sentidos para uma história fundante para Pontes e Lacerda.

Com isso, o panfleto põe em funcionamento imaginário de *um povo arrojado, forte, perseverante* como devir para sujeito do município de Pontes e Lacerda. Efeitos de sentidos projetam o imaginário de um povo que aspira valores *legitimados* pela sua materialidade história.

É nesse jogo de sentido que se constitui a invenção de uma história para Pontes e Lacerda. Ao inventar esta história inventa também sentidos para identidade para o pontes-lacerdense. O passado aqui é construído para significar o presente. Ao dizer sobre história de fundação do município, o passado é apenas invenção que projeta sentidos no/para o presente. São sentidos que configuram um *status*, uma unidade de significação. Invenção de um Marechal Rondon. Já não é mais Marechal Rondon brasileiro e mato-grossense, é tudo isso e também pontes-lacerdense, por que é *nossa gente*.

Isto implica reconhecer que a materialidade discursiva posta no folheto acaba por recortar e organizar sentidos sobre o arquivo ou dizeres institucionalizados sobre Marechal Rondon para inventar a identidade Pontes e Lacerda. Contudo, isto não implica dizer que se faz aí a origem dos sentidos produzidos no panfleto. Pela compreensão de sentidos que tomo da AD, não pensamos origem de sentidos. Eles são sempre efeitos de outros discursos.

Compreender a materialidade simbólica do panfleto permitiu perceber o gesto que mobiliza sentidos para Pontes e Lacerda. Ao perceber as duas instâncias como parte de um gesto que cria identidade legitimada pela História, percebo que o contexto imediato não sustenta o discurso que produz sentidos para o município, pois, para instauração de sentidos identitários ao sujeito pontes-lacerdense se inventa um passado, para a partir daí, inventar um presente significativo. Talvez isto se deva à formação discursiva heterogênea que se confronta e não produz a materialidade simbólica necessária para dizer o pontes-lacerdense, se se considerar que a maioria dos moradores é imigrante de várias regiões do país. É uma hipótese considerável, mas para atestar isto, necessitaria de um outro estudo.

O que posso afirmar, a partir da compreensão do gesto do panfleto, é que sua materialidade está para resolver simbolicamente a questão da identidade para o município e seu povo. Isto não implica pensar que os efeitos de sentidos deste discurso identitários não foram ditos anteriormente, até porque, os discursos não surgem ao acaso, ressalto novamente,

² Ver fotografia do panfleto p. 17

sempre são efeitos de sentidos. No entanto, perceber tais efeitos de sentidos materializados num material público como o panfleto – acessível aos pontes-lacerdenses como também aos demais – permite pensar a funcionalidade de um imaginário que dá *status* para município e seus moradores como uma unidade que produz suas marcas identitárias.

O panfleto aponta um discurso que inventa significados para localidade/povo pontes-lacerdense se dizer. A *Casa da Memória* é um forte efeito deste discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras Artes. – 3. ed – Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006. (prefácio de Margareth Rago.)
- _____. História: arte de inventar o passado: ensaios de teoria da História. Bauru, SP. Edusc. 2007.
- CASTELS, Manuel. O poder da identidade. Tradução de klaauss Bradini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. Mato Grosso e seus municípios. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001.
- FOULCAUT, Michel. A ordem do discurso. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edição Layola, 1996.
- HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org). A invenção das tradições. Tradução de Alina Cardim Calvacante. 3 ed. São Paulo: Terra e Paz (Coleção Pensamento Crítico)
- NUNES, José Horta. Manifestos Mordenista: a identidade nacional no discurso e na língua in: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org) Discurso Fundador: a formação de um país e a construção da identidade nacional. 2. ed. Campinas: 2001
- ORLANDI, Eni Orlandi. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso – 2. ver. E aum. – Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. Análise do discurso: princípios e procedimentos – São Paulo. 4 ed. Cortez, 1996.
- _____. Construção da identidade nacional. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. (org) Para uma enciclopédia da cidade. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003, 224 p.

POSTO telegráfico do Marechal Rondon: Pontes e Lacerda tem história. Pontes e Lacerda, MT, 2007.

PÓVOAS, Lenine. História geral de Mato Grosso: da Proclamação da República aos dias atuais", volume 2 – Cuiabá: 1996.

SILVA, Jovam Vilela. Um breve relato de formação populacional (século XVII ao XX). – Cuiabá: CKM, 2006.